

## REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL ESTIGMATIZANTE SOBRE A INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA

Renata Kelly dos Santos e Silva<sup>1</sup>  
Erielton Gomes da Silva<sup>2</sup>  
Maria Luziene de Sousa Gomes<sup>3</sup>  
Laiara de Alencar Oliveira<sup>4</sup>  
Nády dos Santos Moura<sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

De acordo com a *International Continence Society*, a Incontinência Urinária (IU) pode ser definida como qualquer perda involuntária de urina, podendo acontecer com qualquer pessoa independentemente da idade ou sexo. A IU não representa um acontecimento fisiológico do corpo, é frequente entre os idosos e contribui para a necessidade de anexar dispositivos de continência à pessoa acometida (PEDRO et al., 2011).

A partir de teorias que caracterizam a IU, preconiza-se que a disfunção miccional deve ser descrita em um conjunto que agregue fatores específicos e relevantes, entre os quais pode-se listar: os tipos, a frequência, gravidade, fatores precipitantes, impacto social, efeitos na higiene e qualidade de vida, medidas usadas para quantificar a perda e se a paciente procurou ou não obter ajuda para aliviar os sintomas (OLIVEIRA et al., 2010).

Tratando-se dos fatores que se relacionam a IU, estes podem ser diversos, envolvendo características intrínsecas ao paciente, como questões nutricionais, hormonais, hereditárias e o consumo de medicamentos que podem interferir na contração do músculo detrusor da bexiga, essencial para o adequado controle urinário. Quanto a epidemiologia da doença, a maior prevalência se dá em mulheres, brancas e com idade avançada. (PEDRO et al., 2011).

A IU pode ser classificada em três tipos: incontinência urinária de esforço (IUE), definida por apresentar perda involuntária de urina durante esforço ou atividade física; incontinência urinária de urgência (IUU) escape miccional involuntário associado à

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí- UFPI, [r.ks@outlook.com](mailto:r.ks@outlook.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí - UFPI, [erieltong001@outlook.com](mailto:erieltong001@outlook.com);

<sup>3</sup> Mestranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará - UFC, [luziene-94@hotmail.com](mailto:luziene-94@hotmail.com);

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí- UFPI, [laaiaraalencar@gmail.com](mailto:laaiaraalencar@gmail.com);

<sup>5</sup> Doutora em Enfermagem, Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora do Curso de Enfermagem. Coordenadora da Linha de Pesquisa Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva da Universidade Federal do Piauí – UFPI, [nadyasantosm@yahoo.com.br](mailto:nadyasantosm@yahoo.com.br).

necessidade imediata de urinar e incontinência urinária mista (IUM) quando há queixa de perda de urina associada à urgência e ao esforço (SABOIA et al., 2017).

Nesse contexto, deve-se considerar que a sociedade repudia ações que se liguem a excreção, seja ela urinária, de fezes ou mesmo suor, conviver com o descontrole das eliminações afeta negativamente a saúde e qualidade de vida dessas pessoas. Problemas de autoimagem, afastamento social, baixa autoestima e situações constrangedoras em público são alguns exemplos do que a pessoa incontinente enfrenta (SALOMÉ, OLIVEIRA, PEREIRA, 2016; SABOIA et al., 2017).

Diante disso, percebe-se um estigma em cima do que é a IU em muitas populações, o que dificulta a obtenção de dados epidemiológicos consistentes. Talvez por causa do estigma, essa condição está associada a baixas taxas de busca por cuidados de saúde, uma vez que essa é socialmente subjugada acerca do combate e prevenção da IU (OLIVEIRA et al., 2018).

Tendo em vista, o pouco debate ou divulgação da IU como um problema de saúde pública e o impacto provocado na vida das pessoas acometidas, este tema apresenta grande relevância para a comunidade científica, profissionais de saúde e indivíduos incontinentes. Dito isso, elaborou-se a seguinte pergunta problema: “Quais as repercussões da construção social estigmatizante sobre a incontinência urinária feminina?” O objetivo deste estudo consiste identificar, através da literatura científica pertinente, as repercussões da construção social estigmatizante sob a incontinência urinária feminina, com o intuito de disseminar conhecimento e informar as pessoas sobre o problema, além de estimular interesse na comunidade acadêmica científica sob visão ampla do que se constitui a IU.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo qualitativo do tipo revisão integrativa da literatura. Esta constitui o primórdio para construção do conhecimento científico uma vez que permite a identificação de lacunas a partir do levantamento da produção atual. A fim de conferir maior rigor metodológico, esta revisão foi desenvolvida de forma sistemática seguindo seis etapas: definição do tema; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos; realização de uma pré-seleção com leitura criteriosa dos títulos e resumos; categorização dos estudos selecionados quanto as informações extraídas; análise e interpretação dos resultados, e na última etapa, há a apresentação da revisão (BOTELHO et al., 2011).

A coleta de dados se deu nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) através do motor de buscas Pubmed, Scielo (*Scielo Scientific Electronic Library Online*), e *Cochrane Library*. Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) incontinência urinária e estigma social, realizou-se o cruzamento simultâneo dos descritores articulados pelo operador booleano AND nos idiomas inglês e português, conforme a língua padrão de cada base de dados. Os critérios de inclusão foram artigos originais, com texto disponível na íntegra nos idiomas inglês e português, publicados nos últimos 5 anos. Os critérios de exclusão foram artigos repetidos, material não científico e aqueles que não tratavam do tema de interesse.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O cruzamento dos descritores com aplicação de filtros conforme os critérios de inclusão, resultou em 29 artigos, distribuídos entre a BVS com 17 artigos; MEDLINE com 8; Scielo com 2 e *Cochrane Library* com 2 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, permaneceram 10 trabalhos para compor a revisão em que 7 eram oriundos da BVS e 3 da MEDLINE. Alguns arquivos apareceram repetidamente em ambas plataformas sendo selecionado apenas em uma.

Quanto a caracterização dos achados, a maioria (n=6; 60%) foi publicada nos anos de 2014 e 2018, com 3 publicações em cada ano, respectivamente. Os anos 2015 e 2016 registraram uma publicação cada, e em 2017 houveram 2 publicações. Todos os estudos foram publicados em periódicos internacionais, em que os países com maior número de publicações foram Reino Unido e China com 40,0% e 30,0% das publicações, respectivamente.

A análise dos dados extraídos revelou que a incontinência urinária constitui uma condição profundamente estigmatizante em que seus efeitos repercutem desde a baixa procura pelos serviços de saúde para diagnóstico e tratamento, prejudicando o desenvolvimento no ambiente escolar, até o status ocupacional e a visão de desigualdade que os enfermeiros tem sobre prestar cuidados para pessoas incontinentes.

O estigma é classificado como fator não biológico que pode influenciar o controle da IU juntamente com vergonha, constrangimento, determinantes sociais da saúde, características culturais, de linguagem e pessoais (NORTON et al., 2017). Além destes, o estigma de rejeição social e isolamento social exercem efeito negativo diretamente sobre as iniciativas de buscar tratamento, de modo que poucas mulheres o fazem, especialmente aquelas com IU mais severa

(WANG et al., 2014a). Dessa forma, nota-se o quão imprescindível é desconstruir o estigma posto sobre a incontinência urinária feminina, uma vez que o encorajamento por buscar atendimento relaciona-se a administração adequada da terapêutica e consequente melhora dos efeitos psicossociais prejudiciais despertados por tal condição.

Corroborando com a mesma ideia, em outro estudo, Wang e colaboradores (2014b) apontam que a IU ameaça a saúde física e mental das mulheres, apesar disso, poucas procuram por tratamento. Condutas como essa podem ser justificadas pelas características clínicas da incontinência, pois apesar do grande constrangimento que provocam, não causam dor ou sintomas de desconforto extremo, sendo possível que a população se sujeite a medidas empíricas de tentar controlar ou esconder o problema.

Segundo Jackson et al (2015), pessoas com sintomas urinários ao conversarem com outras de mesmos sintomas podem ser influenciadas a buscar ou não ajuda. Eles adquirem informações sobre formas de controlar os sintomas e opções de tratamento disponíveis, e ao se identificarem com os semelhantes, sentem que há um padrão de normalidade não sendo necessário procurar por assistência a saúde.

Determinações sociais impõem que os indivíduos adultos devem ter total controle sobre suas funções corporais. Sendo assim, quando estudantes sofrem com problemas de incontinência uma série de barreiras são impostas, porquanto não compartilham com professores ou colegas devido ao estigma e temendo o isolamento social. Com suas necessidades urinárias incompreendidas, maiores constrangimentos são gerados a cada micção. Ainda, estudantes incontinentes cursam com maior risco de insucesso acadêmico (KATIE; CRAMER; JOINSON, 2018).

Quanto aos cuidados às pessoas com IU, os enfermeiros são seus principais responsáveis. Contudo, o desempenho de tal função é visto pelos próprios como um marcador de desigualdade, sinalizando baixo status ocupacional, em decorrência disso, tem recebido pouca atenção por parte da enfermagem que ocupa-se dos esforços de limpeza e em ocultar a incontinência, negligenciando a produção científica acerca do tema (OSTASZKIEWICZ, 2017; WILSON, 2016). As marcas desse comportamento bem como do estigma social são notadas quando observado o investimento de tecnologias em saúde para continência, que são historicamente limitados se comparados à outras áreas da saúde (CULMER et al., 2018).

É válido ressaltar que, a diminuição do estigma pode abrandar a gravidade prejudicial à qualidade de vida de mulheres incontinentes (WAN et al., 2014). Para isso, controle emocional,

apoio social e domínio sobre a doença são essenciais, concomitante a intervenções que os profissionais de saúde devem realizar direcionadas ao isolamento social e a vergonha internalizada por essas pessoas (JACKSON et al., 2015; DIBLEY, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, nota-se que as repercussões provocadas pela construção social estigmatizante sobre a incontinência urinária podem ser severas interferindo em todas as formas de convívio e integração social dos sujeitos. Capacitar os profissionais de saúde para abordagem e reconhecimento precoce dessa situação é de extrema importância para amenizar o sofrimento a que essas pessoas estão expostas. Ademais, estratégias e ações de educação em saúde devem ser implementadas para que a população em geral possa romper com os tabus e tratar os incontinentes de forma mais respeitosa.

Tendo em vista o pequeno número de publicações encontradas nesta revisão e a não caracterização de produção brasileira, esta pesquisa pode fornecer subsídio teórico para o desenvolvimento de investigações futuras, particularmente na área da enfermagem, visando o aprofundamento do conhecimento para então compreender e fornecer o melhor atendimento a pessoa com incontinência urinária.

**Palavras-chave:** Incontinência Urinária; Estigma Social, Enfermagem.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. L. R; CUNHA, C. C. A; MARCELO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Rev Eletrônica Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CULMER, P. et al. Continence technologies whitepaper: informing new engineering science research. proceedings of the institution of mechanical engineers, part h: *J Engineering in Medicine* v. 233, n. 1, p. 138-153, 2018.

DIBLEY, L.; NORTON C.; WHITEHEAD E. The experience of stigma in inflammatory bowel disease: an interpretive (hermeneutic) phenomenological study. *Journal of Advanced Nursing*, v. 74, n. 4, p. 838-851, 2018.

JACKSON, C. B. et al. Talking with others about stigmatized health conditions: implications for managing symptoms. *Qualitative Health Research*, v. 22, n. 11, p. 1468-1475, 2015.



KATIE, W.; CRAMER H.; JOINSON C. Deixado para trás e deixado de fora: O impacto do ambiente escolar para os jovens com problemas de incontinência. *British Journal of Health Psychology*, v. 23, P. 253-277, 2018.

NORTON, J. M. et al. Nonbiologic factors that impact management in women with urinary incontinence: review of the literature and findings from a national institute of diabetes and digestive and kidney diseases Workshop. *The International Urogynecological Association*, v. 28, n. 9, p. 1295-1307, 2017.

OLIVEIRA, E. et al. Avaliação dos fatores relacionados à ocorrência da incontinência urinária feminina. *Rev Assoc Med Bras*, v. 56, n. 6, p. 688-90, 2010.

OLIVEIRA, L. G. P. et al. Incontinência urinária: a atuação do profissional de enfermagem. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 18, 2018.

OSTASZKIEWICZ, J. Reframing Continence Care in Care-Dependence. *Geriatric Nursing*, v. 38, n. 6, p. 520-526, 2017.

PEDRO, A. F. et al. Qualidade de vida de mulheres com incontinência urinária. *Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, v. 7, n. 2, p. 63-70, 2011.

SABOIA, D. M. et al. Impacto dos tipos de incontinência urinária na qualidade de vida de mulheres. *Rev da Esc de Enferm da USP*, v. 51, 2017.

SALOMÉ, G. M.; OLIVEIRA T. F.; PEREIRA W. A. O impacto da incontinência urinária na autoestima e autoimagem de pacientes diabéticos. *Revista Estima*, v. 14 n.3, p. 127-136, 2016.

WAN, X. et al. Disease stigma and its mediating effect on the relationship between symptom severity and quality of life among community-dwelling women with stress urinary incontinence: a study from a chinese city. *Journal of Clinical Nursing*, v. 23, n. 15-16, p. 2170-2180, 2014.

WANG, C. et al. Effects of stigma on Chinese women's attitudes towards seeking treatment for urinary incontinence. *Journal of Clinical Nursing*, v. 24, n. 7-8, p. 1112-1121, 2014a.

WANG, C. et al. Disease stigma and intentions to seek care for stress urinary incontinence among community-dwelling women. *Maturitas*, v. 77, n. 4, p. 351-355, 2014b.

WILSON, M. Urinary incontinence: considering the physical and psychological implications. *British journal of community nursing*, v. 21, n. 5, p. 1, 2016.